

A INTERSECCIONALIDADE NA SOCIEDADE DE RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE A VIDA DAS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

INTERSECTIONALITY IN THE RISK SOCIETY: AN ARGUMENT ON THE LIFE OF HEALTH PROFESSIONALS

Deine Bispo Miranda

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF)
Universidade de Brasília (UnB)
deine_miranda@hotmail.com

Adriana Martini Martins

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) câmpus Formosa
Universidade de Brasília (UnB)
adriana.martins@ifg.edu.br

Paulo Lima Junior

Universidade de Brasília (UnB)
paulolimajr@unb.br

Resumo

O conceito de risco é importante para compreendermos os desafios socioambientais contemporâneos. O objetivo deste trabalho teórico é discutir, por meio de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada nas teorias da Sociedade de Risco e da Interseccionalidade, como a educação científica pode abordar os riscos aos quais as profissionais de saúde estão expostas, especialmente aquelas que se ocupam do cuidado dos doentes. Como resultado, identificamos que durante as epidemias, as profissões de cuidado, desempenhadas majoritariamente por mulheres negras e periféricas, são essenciais no combate à crise. Entretanto, essas profissionais costumam ser desvalorizadas e invisibilizadas, diminuindo o interesse ou procura dos jovens por carreiras científicas nessas áreas de cuidados. Argumentamos que a educação científica pode contribuir para o debate sobre a exclusão social que atinge estas profissões e ocupações informais relacionadas à ciência, destacando sua importância no contexto de uma epidemia e discutindo os motivos da desvalorização do trabalho associado ao cuidado.

Palavras chave: sociedade de risco, feminismo, interseccionalidade.

Abstract

The concept of risk is important for understanding contemporary socio-environmental challenges. The goal of this theoretical paper is to discuss, through bibliographic research, and drawing on the theory of Risk Society and Intersectionality, how science education can address the risks to which health professionals are exposed, especially caretakers. As a result, we identified that, during epidemics, caretakers, mainly black and peripheral women, are essential in combating the crisis. However, these professionals tend to be devalued and made invisible, reducing the interest or demand of young people for scientific careers in these areas. We argue that science education can contribute to the debate on social exclusion that affects these professions and informal occupations related to science, highlighting its importance in the context of an epidemic and discussing the reasons for the devaluation of caretakers.

Key words: risk society, feminism, intersectionality.

Introdução

Questões de raça, classe e gênero estão intrinsecamente relacionadas às transformações socioeconômicas dos últimos séculos e fundamentam o pensamento social contemporâneo. O livro *Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade*, de Ulrich Beck (2011), está entre as obras mais influentes para pensarmos os dilemas científicos e tecnológicos contemporâneos (PIETROCOLA; SOUZA, 2019; WATANABE-CARMELLO; KAWAMURA, 2014). Ela traz o risco como conceito estruturante da nova sociedade que se forma no aprofundamento da modernização.

Em uma perspectiva interseccional, mulheres de diferentes cores e classes não têm as mesmas oportunidades. As reflexões acerca da Sociedade de Risco contribuem para pensarmos o lugar da ciência no aprofundamento da modernidade, mas não contemplam o risco de ser mulher na intersecção com outros marcadores sociais. Muitas mulheres ainda lutam pela superação da carência material e pelo exercício de direitos básicos. A interseccionalidade precisa ser considerada para que a discussão dos riscos da modernização reduza a invisibilidade de mulheres que não estão representadas na imagem do feminino universal (COLLINS, 2000).

Nos anos finais da Educação Básica, há uma preocupação em preparar as estudantes para o ingresso nas universidades, o que limita as possibilidades de escolha profissional àquelas de maior status social. Sendo assim, carreiras universitárias, como por exemplo medicina e engenharias, são supervalorizadas pela educação científica, que também invisibiliza as demais carreiras técnicas e aquelas associadas ao cuidado, como de auxiliares, técnicas de enfermagem e cuidadoras.

Este trabalho discute os limites das noções de risco e individualização para uma reflexão interseccional sobre a vida das profissionais da saúde em maior vulnerabilidade em tempos de crise, que nem sempre são percebidas como profissionais. Ao contrário do que ocorre entre médicos e pesquisadores, a população de assistentes de enfermagem e cuidadoras informais, como parteiras, benzedeiras, raizeiras, é geralmente composta por mulheres negras, pardas, latinas e periféricas. Embora distante da realidade de grandes centros, as mulheres que

desempenham esses trabalhos de cuidado informal existem, e fazem parte do cotidiano em várias regiões do país. Os riscos aos quais elas estão expostas não são os mesmos das profissões mais prestigiadas. Após uma introdução conceitual à sociedade de risco, reportamos uma crítica interseccional das condições de vida das mulheres negras durante uma epidemia (HARMAN, 2016). A análise apresentada é importante para a educação em ciências porque permite dar visibilidade a profissões e profissionais essenciais no combate a uma crise de saúde, mas que ao mesmo tempo, são desvalorizadas socialmente. Finalmente, a discussão volta-se às implicações para a educação científica.

O Risco na Educação em Ciências

O risco é um conceito importante para pensarmos a educação em ciências (SCHENK et al., 2019). Segundo Beck (2011), a sociedade de risco é profundamente destradicionalizada. Ou seja, as tradições (classe, emprego, religião) não deixam de existir, mas não mais constituem os limites do debate social. O risco está implicado em dilemas ambientais, políticos, econômicos e civilizatórios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico. É possível que os privilégios de classe reduzam os prejuízos dos mais afortunados em desastres ambientais ou crises de saúde, como a epidemia de COVID-19. Porém, não há quem realmente escape a eles. Na sociedade contemporânea, os mais ricos não se sentem em posição confortável, pois estão à mercê de problemas criados pelo próprio desenvolvimento que os alimentou. Os riscos da contemporaneidade conduzem, portanto, à transição de uma sociedade de classes para uma sociedade diferente (privatizada e individualizada) na qual ninguém está realmente a salvo. O debate sobre o risco na educação em ciências, desde a Educação Básica, permite explicitar as mudanças sociais ocorridas a partir das contradições do desenvolvimento científico e tecnológico, e contribui para a reflexividade e a tomada de consciência, que permitem uma efetiva participação social.

Os riscos são incertezas decorrentes do desenvolvimento científico tecnológico capazes de reestruturar a sociedade. As novas formas de ameaça impõem um aprofundamento da participação popular em controvérsias ambientais, econômicas, políticas, jurídicas, científicas. Na medida em que a avaliação e a percepção dos riscos orientam decisões individuais e coletivas, o risco reorganiza todo o tecido social.

A individualização é uma consequência das situações de ameaça que caracterizam a sociedade de risco, bem como da consolidação do estado de bem-estar social e do aprofundamento das instituições democráticas (BECK, 2011). Ela altera os processos de formação dos indivíduos e suas identidades sociais, enfraquecendo o pertencimento à classe, à família, à religião. É como se todos os acontecimentos das histórias de vida resultassem do (de)mérito individual. O vivido é privatizado. O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e a modernização dos direitos de família permitiram a diferenciação dos destinos sociais das mulheres (sobretudo brancas e de classe média). Algumas despontam como grandes cientistas, engenheiras, empresárias ou lideranças políticas (HARMAN, 2016). Essas imagens de mulheres empoderadas, exceções que confirmam a regra patriarcal, contribuem para a consolidação da ilusão meritocrática de que todas temos o nosso destino em nossas mãos. A privatização do destino individual contribui para explicitar o fato de que as relações de

solidariedade universal entre as mulheres nunca tenham realmente existido. Por caminhos diferentes, os conceitos de risco e de interseccionalidade exploram as lacunas deixadas pela razão universal que tenta fixar a estrutura social nos conflitos de classe, gênero e raça.

De maneira restrita, as tradições já não contemplam as diversas realidades e riscos atuais, que se constroem no cruzamento das categorias sociais e individualizam as desigualdades. Por exemplo, a supergeneralização da entrada da mulher no mercado de trabalho, descrita por meio da abordagem de risco, é insuficiente para identificar a vulnerabilidade que as cuidadoras informais, e as profissionais de saúde, vivenciam. Desta forma, a abordagem interseccional, que busca entender as relações de poder que promovem riscos desiguais na sociedade, nos permite propor esta discussão (COLLINS, 2015).

Ser mulher na Sociedade de Risco

A individualização dos riscos está relacionada à consolidação do estado de bem-estar social (BECK, 2011), seja pela relativa superação da miséria, pelo aprofundamento da democracia ou pelo aumento de participação da mulher no mercado de trabalho. Contudo, mulheres de diferentes cores e classes ocupam diferentes posições de trabalho, inclusive nas carreiras científicas e, portanto, estão expostas a riscos diferentes. Beck (2011) defende a ideia de que, na modernização, ocorre a migração da sociedade de classes para uma sociedade individualizada. Para explicar essa mudança, ele se ampara no exemplo da Alemanha do pós-guerra que, nas décadas de 1950 e 1960, experimentou um aumento da renda média, da expectativa de vida, do acesso à educação e do padrão de consumo. Essa expansão é chamada “efeito elevador”. Ela não anula as diferenças de classe e gênero, mas corresponde a uma translação que preserva as distâncias relativas (BOURDIEU, 1984), entre ricos e pobres, homens e mulheres. Contudo, a garantia ampla de bem-estar muda a vida das pessoas, possibilitando novos arranjos familiares e produzindo novos conflitos.

O efeito elevador ocorre também na ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho, pois viabiliza a elevação da renda familiar e aumenta o seu poder de decisão dentro das famílias. Entretanto, preserva algumas responsabilidades domésticas, como os cuidados com os filhos, ou impõe novas responsabilidades, como o do sustento da casa. Beck (2011) argumenta que os conflitos entre homens e mulheres (tacitamente brancos, heterossexuais e de classe média) não se referem somente ao casamento e à família, mas atingem o mercado, a política, a economia, a profissão, a educação. O aumento na qualificação educacional das mulheres potencializou, nelas, o desenvolvimento da consciência das desigualdades, tais como a menor oferta de trabalho, a menor remuneração e a maior incerteza profissional.

Por outro lado, a discussão da “entrada” da mulher no mercado de trabalho ignora que, desde a escravidão, as mulheres negras têm trabalhado arduamente. Muitas discussões que celebram a profissionalização das mulheres têm como ponto de partida a imagem pretensamente universal da mulher como sexo frágil, privada da participação na vida pública, dona da sua própria casa, responsável pela educação dos filhos. Para essas mulheres (geralmente heterossexuais, cisgênero, brancas e de classe média), participar do mercado de trabalho é mesmo uma conquista. No entanto, contar a história de luta dessas mulheres brancas como se fosse a história

de todas as demais torna invisível a luta das mulheres periféricas (negras, lésbicas, transgênero, operárias) que não chegam a ser representadas pelo feminismo hegemônico. A interseccionalidade remove a latência dos riscos que as mulheres invisibilizadas no feminismo universal enfrentam.

Na perspectiva interseccional, não existe uma identidade “feminina” universal que não seja, simultaneamente, racializada e de classe. Da mesma forma, não se pode falar em identidades étnicas que não sejam, ao mesmo tempo, genericadas e de classe. Por isso, referir-se à mulher como uma singularidade universal (tal como vemos no texto de Beck) revela diversas limitações. As experiências sociais das mulheres negras, por exemplo, não podem ser reduzidas ou explicadas pela opressão proveniente somente do racismo ou do sexismo. A intersecção entre os marcadores de gênero e raça produz condições sociais e experiências que são distintas tanto das dos homens negros quanto das mulheres brancas. Devido a isso, algumas identidades interseccionais ocupam posições de maior privilégio no sistema social, enquanto outras foram histórica e sistematicamente marginalizadas (GONSALVES, 2019).

Riscos interseccionais das profissionais de saúde

A partir da perspectiva de que as mulheres são socializadas de maneira diferente dos homens e, portanto, experimentam o mundo de forma diferente, diversos trabalhos em educação científica buscaram identificar as diferenças nos interesses e formas que meninas e meninos aprendem ciências (GEDOZ; PEREIRA DE PEREIRA; BORGES PAVANI, 2020). Consistentes com os trabalhos de Gilligan (1982) e de Belenky *et al* (1986), os resultados dessas pesquisas mostraram que as meninas tendem a ser mais relacionais e cooperativas, e menos competitivas que os meninos (SJØBERG; SCHREINER, 2010; ZOHAR; SELA, 2003). Isso explica o fato de as meninas escolherem carreiras na área da docência e da saúde mais frequentemente que os meninos (SJØBERG; SCHREINER, 2010). De fato, as mulheres compõem 67% da força de trabalho do setor de saúde, mas estão mais presentes nos trabalhos de enfermagem e obstetrícia (BONIOL et al., 2019). Entretanto, como as profissões associadas ao cuidado, por serem consideradas “femininas”, são socialmente desvalorizadas e desfrutam de menor status social (BOURDIEU, 2007), as profissionais de saúde recebem em média 11% menos que seus colegas homens, desempenhando as mesmas atividades, e com mesma carga horária (BONIOL et al., 2019).

Na maioria dos países, existe uma grande disparidade no acesso à saúde (DAVIES; BENNETT, 2016). O trabalho de mulheres voluntárias em grupos comunitários e organizações não governamentais estabelece uma rede de cuidadoras informais muito importante, mas pouco reconhecida (HARMAN, 2016). Lélia González (1984), socióloga brasileira, destaca que, no Brasil, a responsabilidade pelo bem-estar das famílias brancas coube às mulheres negras, seja na figura da empregada doméstica ou da “mãe-preta”. Atualmente, a falta de reconhecimento do trabalho doméstico, desempenhado majoritariamente por mulheres negras, torna-o invisível para governantes e organizações internacionais. Assim, ele não é considerado no planejamento ou na implementação de ações de saúde pública, colocando a saúde das mulheres que o desempenham em maior risco (HARMAN, 2016). Portanto, as diferenças de gênero no acesso a serviços de saúde são acentuadas pela intersecção com marcadores de raça, classe social e

local de moradia (DAVIES; BENNETT, 2016). Em situações de emergência, quando a saúde da população está em risco, as mulheres estão, geralmente, mais vulneráveis (DAVIES; BENNETT, 2016).

Soma-se a isso, a maior presença das mulheres nos postos de técnicas e auxiliares de enfermagem, o que as coloca em maior exposição à contaminação por doenças infecciosas. Durante o surto de ebola, em 2014, por exemplo, houve uma preocupação, tanto dos governos dos países mais atingidos, quanto de organizações internacionais, com as trabalhadoras formais da saúde, geralmente mais escolarizadas (HARMAN, 2016). Contudo, relatórios sobre os impactos socioeconômicos da epidemia de ebola na Libéria, em 2014, indicam que as trabalhadoras informais foram mais afetadas pelo desemprego e por perdas econômicas do que os homens. Apesar disso, as estratégias desenvolvidas pelos governos e por instituições internacionais, como a OMS e o Banco Mundial, não consideraram como os efeitos da epidemia afetaram homens e mulheres diferentemente (HARMAN, 2016).

A não consideração das cuidadoras informais no gerenciamento da crise de saúde evidencia o tratamento diferente recebido pelas mulheres menos escolarizadas, e de classes sociais mais baixas. Tratar as especificidades de gênero, na intersecção com questões de raça e classe, principalmente durante uma emergência complexa, invisibiliza ainda mais a vida das mulheres de grupos já marginalizados, e intensifica as desigualdades já existentes (DAVIES; BENNETT, 2016; HARMAN, 2016).

Considerações Finais

As carreiras científicas nas áreas de cuidados, como auxiliares de auxiliares, técnicas de enfermagem e cuidadoras são, em geral, ocupadas por pessoas que estão em uma condição social já marginalizada, devido à falta de acesso a uma Educação Básica de qualidade e à intersecção entre marcadores de gênero, raça, classe, etc.

Os estudos de epidemias permitem discutir a importância das profissões técnicas e de cuidados, além da rede de cuidadoras informais, como parceiras, benzedoras, raizeiras, irmãs, mães ou avós, que constituem a base da estrutura social, do sistema de saúde, e são essenciais no gerenciamento e combate dessas crises.

Assim, a partir desses exemplos é possível se discutir na educação em ciências os papéis de gênero e raça que historicamente foram desvalorizados e invisibilizam as carreiras associadas ao cuidado. Este debate, nos diferentes níveis educacionais, permite promover uma maior reflexão sobre a importância de profissionais técnicas e de cuidados, os riscos aos quais elas estão expostas, bem como sobre a necessidade de valorização destas profissões e profissionais.

Mesmo constituindo a base do sistema de saúde, quando precisam do sistema a que servem, estas profissionais não são consideradas ou atendidas, denunciando o agravamento da exclusão social e precarizando, ainda mais, essas carreiras em saúde, essenciais para a sociedade.

Referências

- BECK, U. **Sociedade de Risco: Rumo a outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BELENKY, M. F. et al. **Women's ways of knowing: the development of self, voice, and mind**. New York: Basic Books, 1986.
- BONIOL, M. et al. WHO | Gender equity in the health workforce: Analysis of 104 countries. **Who**, n. March, 2019.
- BOURDIEU, P. **Distinction: a social critique of the judgement of taste**. London: Routledge, 1984.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: ZOUK, 2007.
- COLLINS, P. H. **Gender , Black Feminism , and Black Political Economy**. American Academy of Political and Social Science: The Annals of the American Academy of Political and Social Science. **Anais...2000** Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/104947>>
- COLLINS, P. H. Intersectionality's Definitional Dilemmas. **Annual Review of Sociology**, v. 41, n. 1, p. 1–20, 14 ago. 2015.
- DAVIES, S. E.; BENNETT, B. A gendered human rights analysis of Ebola and Zika: locating gender in global health emergencies. **International Affairs**, v. 92, n. 5, p. 1041–1060, set. 2016.
- GEDOZ, L.; PEREIRA DE PEREIRA, A.; BORGES PAVANI, D. Maneiras de Conhecer e Implicações para a Equidade de Gênero na Educação em Ciências. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. 775–798, 17 ago. 2020.
- GILLIGAN, C. **In a different voice: psychological theory and women's development**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- GONSALVES, A. J. Operationalizing intersectionality to investigate the role of recognition in the landscape of becoming. **Cultural Studies of Science Education**, 2019.
- GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223–244, 1984.
- HARMAN, S. Ebola, gender and conspicuously invisible women in global health governance. **Third World Quarterly**, v. 37, n. 3, p. 524–541, 2016.
- PIETROCOLA, M.; SOUZA, C. R. DE. **A sociedade de risco e a noção de cidadania: desafios para a educação científica e tecnológica** Linhas Críticas, 2019.
- SCHENK, L. et al. Teaching and discussing about risk: seven elements of potential significance for science education. **International Journal of Science Education**, v. 41, n. 9, p. 1271–1286, 2019.
- SJØBERG, S.; SCHREINER, C. **The ROSE project: an overview and key findings**. Oslo: [s.n.]. Disponível em: <<https://roseproject.no/network/countries/norway/eng/nor-Sjoberg-Schreiner-overview-2010.pdf>>.
- WATANABE-CARAMELLO, G.; KAWAMURA, M. R. D. A educação na perspectiva ambiental crítica : complexa e reflexiva Education in perspective critical environmental :

complex and reflective. v. 14, p. 1–13, 2014.

ZOHAR, A.; SELA, D. Her physics, his physics: Gender issues in Israeli advanced placement physics classes. **International Journal of Science Education**, v. 25, n. 2, p. 245–268, 2003.